



Fundação Perseu Abramo - Partido dos Trabalhadores

- DILMA ROUSSEFF É REELEITA

- ALIANÇAS E DIÁLOGO DEVERÃO SER A TÔNICA NO INÍCIO DO NOVO GOVERNO

- RESULTADOS ELEIÇÕES 2014 / TOTAL BRASIL - 2º TURNO (26 OUT)

Expediente

Esta é uma publicação da Fundação Perseu Abramo.

Diretoria Executiva

Presidente

Marcio Pochmann

Vice-Presidenta

Iole Ilfada

Diretoras

Fátima Cleide, Luciana Mandelli

Diretores

Joaquim Soriano, Kjeld Jakobsen

Conselho Curador

Hamilton Pereira (presidente), André Singer, Eliezer Pacheco, Elói Pietá, Emiliano José, Fernando Ferro, Flávio, Jorge Rodrigues, Gilney Viana, Gleber Naime, Helena Abramo, João Motta, José Celestino Lourenço, Maria Aparecida Perez, Maria Celeste de Souza da Silva, Nalu Faria, Nilmário Miranda, Paulo Vannuchi, Pedro Eugênio, Raimunda Monteiro, Regina Novaes, Ricardo de Azevedo, Selma Rocha, Severine Macedo, Valmir Assunção

Dilma Rousseff é reeleita

A eleição presidencial de 2014 foi marcada pela disputa mais acirrada e com a menor margem de diferença desde que o PT chegou ao poder, em 2002: apenas 3% dos votos. O imponderável e o imprevisível estiveram presentes durante toda a campanha que, sem dúvida, será lembrada como uma das mais emocionantes da história da democracia brasileira.

A morte de um dos candidatos de maneira inusitada levou o país a um estado de comoção nacional, elevou sua vice à liderança nas pesquisas e a campanha chega ao final da primeira etapa, com a certeza de que haveria um segundo turno, porém sem previsão de quem o disputaria. Da mesma forma, o segundo turno abre com o candidato que veio a ser derrotado à frente nas pesquisas, que durante praticamente todo o período indicaram o empate técnico entre os opositores e só virou a cinco dias da eleição, mas foi decidida apenas na última meia hora de apuração das urnas.

No entanto, apesar da vitória nas eleições, com 51,68% dos votos em Dilma, contra 48,36% em Aécio, ao que tudo indica a disputa pela hegemonia ainda não terminou. As duas vitórias de Lula, em 2002 e 2006, registraram mais de vinte pontos de diferença em sua votação, em relação à de seus adversários (61,27% contra 38,73% de Serra, em 2002, 60,8% contra 39,2%, de Alckmin, em 2006. Na primeira eleição de Dilma, em 2010, apesar do desconhecimento por parte da população e da incerteza quanto a sua boa administração, emplacou mais de dez pontos de vantagem sobre o candidato adversário, vencendo com 56,7%, contra 43,93% de Serra.

Dilma foi claramente mais votada na região Nordeste (por 71,68% do eleitorado, contra 28,32% de Aécio), onde todos os estados lhe deram a vitória, com as mais expressivas nos estados do Maranhão e Piauí (78% em ambos), Ceará (76%), Bahia e Pernambuco (70% em ambos), maiores eleitorados da região. Apesar disso, essa não foi a melhor vitória do PT no Nordeste. Em 2006, Lula obteve 77,07% dos votos da região contra 22,93% de Alckmin. Além da maior votação para presidente, o PT obteve três governos estaduais nessa região: Bahia, Ceará e Piauí.

Na região Norte, Dilma venceu com 56,53% dos votos contra 43,47% de Aécio, mas sua vitória não atingiu todos os estados. No Acre, onde o PT elegeu novamente o governador Tião Viana (único governo do PT na região, nessa eleição), Rondônia e Roraima a vitória foi de Aécio Neves (63,68%, 54,85% e 54,85%, respectivamente). Dilma foi mais votada no Amazonas e Amapá (65% e 61%, respectivamente). Essa também não foi a melhor vitória do PT na região. Lula ultrapassou essa votação em 2006, com 65,59% dos votos.

Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, Dilma não obteve a maioria dos votos. Nessas regiões o PT vem perdendo votos gradativamente. Em 2002, o PT contava com o apoio de 63,01% dos eleitores do Sudeste, caiu para 56,87% em 2006, em 2010 teve vitória apertada, com 51,88% dos

votos e agora ficou com 43,81% da preferência regional, onde Aécio venceu com 56,19%, puxado pelo estado de São Paulo, que lhe garantiu dois terços dos votos: 64,31% contra 35,69% a favor de Dilma. No entanto, em Minas Gerais e Rio de Janeiro, a vitória foi de Dilma, com 52,41% e 54,94% dos votos, respectivamente. Em Minas Gerais, o PT conquistou também o governo do estado, com 52% dos votos, em vitória já no primeiro turno.

Na região Sul, Dilma também sofre derrota, com 41,09% dos votos contra 58,91% de Aécio. Nessa região o PT já sofre derrotas desde 2006, quando Lula perdeu para Alckmin, de 46,49% contra 53,51% do candidato tucano e em 2010, quando Dilma obteve 46,11% dos votos contra 53,89% de seu oponente Serra. Essa região apresenta mais homogeneidade dos votos, com oposição de todos os estados ao governo petista e sem governos de estado eleitos pela sigla do PT. Nessa região, no estado de Santa Catarina, Dilma obteve sua menor votação: 35,41%.

Na região Centro-Oeste a votação de Dilma também foi inferior a de Aécio Neves (42,71% contra 57,29%), perdendo em todos os estados e sem conquistas de governos estaduais para o PT. Essa votação mantém a tendência de crescimento da oposição na região, que se acentua desde a eleição de 2006.

O realinhamento eleitoral do PT não pode ser tomado apenas do ponto de vista regional ou econômico. Há um conjunto de fatores que justificam essa votação. O que se percebe, claramente, por meio dos resultados dessa eleição é que não há homogeneidade do voto por região, como sugerem os divisionistas. Há estados anti-Dilma na região Norte, assim como o pró Dilma na região Sudeste do país (Minas Gerais e Rio de Janeiro, segundo e terceiro maiores colégios eleitorais, respectivamente). Dilma obteve mais de 70% em cinco estados brasileiros, coincidentemente todos do Nordeste, mas sua votação foi superior a 50% em 15 dos 27 estados do país, com exceção das regiões Sul e Centro-Oeste.

Também do ponto de vista do desenvolvimento, o estado do Alagoas contradiz a tese de que os estados mais pobres tendem a votar no PT. Estado de menor IDH do país foi onde Dilma obteve a menor votação na região Nordeste (62,12%). Para representar o estado, lideranças de famílias tradicionais locais, Renan Filho (PMDB) e Collor (PTB), foram eleitos para o governo e Senado, ainda que apoiados pelo PT. O Maranhão, segundo menor IDH, votou maciçamente em Dilma, porém na disputa local fez forte oposição ao candidato apoiado pelo PT, Lobão Filho, do PMDB, dando a vitória já no primeiro turno a Flávio Dino, do PC do B. Apenas o Piauí, terceiro menor IDH, confirma a tese e vota majoritariamente no PT, tanto para presidente quanto para governo do Estado, em Wellington Dias, dando-lhe a vitória no primeiro turno.

Já nos estados de maior IDH a oposição levou vantagem sobre a candidata governista. Suas maiores derrotas foram em Santa Catarina, onde perdeu para Aécio de 35,41% contra 64,59%,

São Paulo, com 35,69% contra 64,31% e no Distrito Federal, onde perdeu de 38,10% a 61,90%. Estes estados correspondem, pela ordem aos segundo, terceiro e primeiro IDH do Brasil.

Paralelo a isso, dos 27 senadores eleitos para comporem a bancada no Senado Federal, o PT elegeu apenas dois. A maior vitória foi do PMDB, que elegeu cinco senadores, seguido pelo PSDB e PDT, ambos com quatro senadores eleitos e PSB e DEM, ambos com três. Na composição completa do Senado, o PMDB lidera a casa, com dezoito senadores, o PT fica em segundo lugar com doze e o PSDB com dez.

Na Câmara dos Deputados, o PT elegeu a maior bancada, setenta deputados, o PMDB 66, e o PSDB, 54. A soma dos partidos que compõe a coligação de apoio à presidenta Dilma elegeu 304 deputados federais, garantindo composição de maioria no Congresso de 59%. Já a coligação de apoio a Aécio elegeu 128 deputados, 25% do total.

Nas duas casas, o PMDB terá papel fundamental na formação de maioria para votação de projetos que o PT pretende levar adiante. A proposta de “guinada à esquerda” nesse segundo mandato de Dilma será difícil e terá que ser feita com cautela, sob o risco de perda de apoios da base ou perda de votos na próxima eleição. As diferenças de projetos que lhe deu a vitória e as proposta de continuidade de mudanças que sua candidatura trazia, no sentido de continuar reduzindo as diferenças sociais e ampliando a quantidade e qualidade dos serviços e políticas públicas, devem ser priorizadas.

Os primeiros dias que sucederam a vitória já foram marcados por insatisfações, acusações de divisão do país, entre Norte e Nordeste versus Sul e Sudeste, pedido de recontagem de votos e até mesmo de impeachment da presidenta eleita, em manifestações populares que deverão continuar a ocorrer. Desde as famosas jornadas de junho pode-se perceber uma direita intolerante e autoritária em crescimento, que não apenas faz passeata contra a corrupção e os resultados da eleição, mas pede intervenção militar e é contra a democracia no Brasil. Essa nova direita pede a volta dos militares, a separação do Brasil e o fim do PT ou de qualquer de seus adversários. A população conhece a força e o poder que possui nas ruas e isso será usado como forma de pressão e demonstração de insatisfação.

A pequena margem de diferença trouxe frustração para grande parte da oposição e o discurso de que Dilma não foi eleita pela maioria da população, querendo deslegitima-la, demonstraram a polarização e clivagens que marcam a conjuntura sócio-política brasileira. O discurso anti-petista, que se fortaleceu na campanha, precisa ser combatido, porém o discurso hegemônico do “eles contra nós”, não contribui para reconhecer as diferentes vozes sociais que essa disputa apresentou e reconquistar parte delas, que hoje se encontra no campo adversário.

Esse governo provavelmente será marcado por tensões que deverão ser monitoradas com tato, de modo a respeitar o resultado das urnas, sem deixar de ouvir as mensagens das ruas. O estado de

São Paulo merece atenção especial nesse processo, não só por ser o maior colégio eleitoral e ter rejeitado esse governo, mas pelo poder de propagação de ideias que possui. O diálogo e a comunicação, bem como campanhas de esclarecimento sobre as regras democráticas e de controle social sobre as instituições políticas serão as principais ferramentas das quais o governo deve se servir para garantir a unidade e democracia no país.

O tema da reforma política, dos conselhos populares e do plebiscito popular para uma Constituinte exclusiva devem ser conduzidos com cautela, de modo a tentar corrigir as distorções, aprimorar nosso sistema representativo e garantir a participação popular.

Vilma Bokany - NEOP - FPA

SP. 03-11-2014

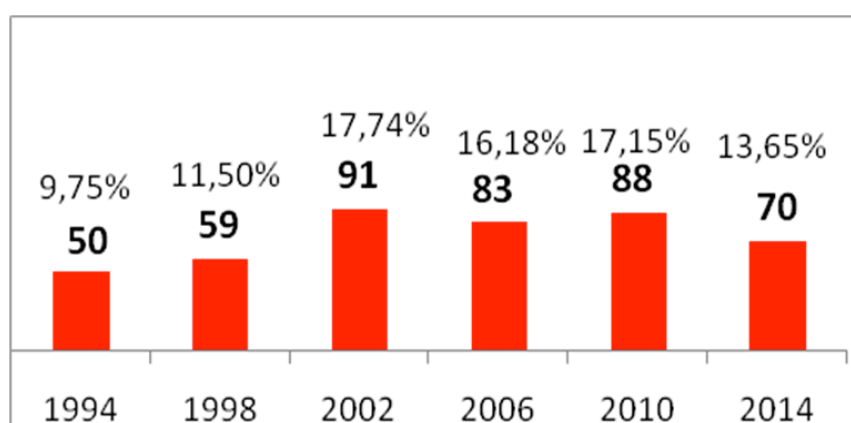
Alianças e diálogo deverão ser a tônica no início do novo governo

Vencemos as eleições e se é verdade que teríamos problemas se perdessemos, também é verdade que teremos mesmo tendo vencido. Essa vitória nos propõe novos e difíceis desafios. O primeiro deles é entender que estamos passando por um golpe midiático que tenta convencer a população brasileira que a vitória da presidenta não atende às demandas democráticas da sociedade brasileira e algumas forças farão de tudo para deslegitimá-la.

Estamos vivendo uma série de manifestações procurando impor ao governo o projeto neoliberal, derrotado nas urnas, reforçado pela expectativa por mudança que, de uma maneira ou de outra, pautou o processo eleitoral e a pequena margem que deu vitória à presidenta eleita. Precisamos responder entendendo como a sociedade se moveu e quais as forças que ajudaram a nos eleger. Não há dúvidas de que essa é uma vitória das esquerdas, na qual a militância teve fundamental importância, as oposições de esquerda aderiram e reaproximou o diálogo com os movimentos sociais.

Por outro lado, também não podemos deixar de nos preocupar com quais alianças vamos realizar o que Dilma prometeu para o segundo mandato. As coligações feitas foram muito amplas e complicadas e nos proporcionou um número de cadeiras na Câmara dos Deputados bastante inferior ao que o número de votos no PT nos daria. Teremos setenta deputados na Câmara, dezoito a menos do que na composição anterior (88). Desde que o PT chegou ao governo federal, em 2002, essa é sua menor bancada.

EVOLUÇÃO DA BANCADA PETISTA NA CÂMARA



O PMDB é o partido que vem em seguida, com 66 cadeiras na Câmara, seguido pelo PSDB, com 54. Pouco mais abaixo, o PSB e PP ocuparão 37 e 36 cadeiras, respectivamente, e o PSB e PR 34 (ambos).

Se não houvesse o sistema de coligações proporcionais, o PT conquistaria 32 cadeiras a mais, chegando a 102 na Câmara. Na eleição anterior, a perda foi de vinte cadeiras devido à coligação, que em 2006 nos foi vantajosa e ganhamos três, e em 2002 perdemos doze.

Somados os partidos da base aliada, que deram apoio à reeleição de Dilma na coligação *Com a força do povo*, foram eleitos 304 deputados, o que, em tese, garante maioria de 59% na Câmara. Os partidos que compõe essa coligação são o PMDB, com 66 deputados, 37 do PSB, 36 do PP, 34 do PR, 21 do PRB, dezenove do PDT, onze do PROS, dez do PC do B e cinco do PSOL. A coligação da oposição *Muda Brasil*, que deu apoio a Aécio, elegeu 128 deputados, 25% da Câmara.

Comparada à composição anterior, a coligação *Para o Brasil Seguir Mudando*, que elegeu Dilma em 2010, possuía maioria de 68,6%, com 352 deputados eleitos, sendo 88 cadeiras do PT, PMDB com 79 cadeiras, o PP e o PR, com 41, ambos, PSB, com 34, PDT com 28, PSC dezesseis, PC do B quinze, PRB oito e PTC com um. A coligação de oposição *O Brasil Pode Mais*, contava com 151 deputados, 29% da bancada.

Nos dois mandatos de Lula, a força da coligação era bem inferior, porém bem mais definida. Em 2006, com 83 cadeiras do PT, treze do PC do B e uma do PRB, compondo 19% da bancada. Há, porém 27% dos deputados de partidos que dão apoio informal à Lula, nos quais se inclui 89 cadeiras do PMDB, 27 do PSB e 23 do PL.

Em 2002, Lula teve 33% do total das cadeiras da Câmara para a coligação, sendo 91 do PT, 26 do PL, 22 do PSB, quinze do PPS, doze do PC do B e um do PMN.

O que se observa é que as coligações feitas nas duas últimas eleições para garantir a vitória de Dilma foram muito mais amplas e variadas e menos vantajosas e programáticas. Essa lógica das coligações proporcionais, além de nos custar dezesseis cadeiras nessa eleição, que passaram para deputados de partidos da base aliada, vai nos demandar um poder de diálogo bem maior para conseguir emplacar as mudanças necessárias, visto a similaridade programática não ser assim tão clara. Não podemos perder de vista que essas alianças possuem pouca interlocução com a sociedade e fora dos partidos, o que vai exigir do PT um constante estado de mobilização social a fim de pressionar os deputados a votarem a favor da pauta para executar o nosso projeto de governo.

Medidas econômicas e políticas sociais, sem dúvida, foram o foco das diferenças entre os programas de governo. Há, todavia, uma disputa política que ficou clara no processo eleitoral, quando o PSDB flertou com a direita e o PT polarizou à esquerda. Nessa disputa o PMDB, partido de maior capilaridade, terá papel decisivo, assim como os partidos que compuseram a base aliada conosco. Há que se cobrar alguma disciplina na votação, sobretudo de partidos que elegeram deputados à custa de nossos votos (dezesseis deputados de partidos da base aliada, sendo eles

quatro do PCdoB, três do PRB, dois do PSD, dois do PP, dois do PDT, um do PMDB, um do PR e um do PROS).

Além da perda de cadeiras para a coligação majoritária, as coligações proporcionais também ajudaram a eleger deputados de partidos que nos farão oposição no governo federal, como é o caso de dois cadeiras para o PSB, um no Acre e um em Sergipe, um cadeira para o PSC e um para o PTB, em Pernambuco.

As alianças precisam servir para a execução do programa de governo que as elegeu, caso contrário não há sentido. Vimos no decorrer dessa campanha que o maior tempo de TV no primeiro turno, o que justificaria alianças pouco afinadas programaticamente, não foi o fator mais decisivo para elevação da intenção de voto da candidatura majoritária – cuja intenção de voto oscilou em torno de 36% entre julho e meados de setembro, e se firma na casa dos 40% na última quinzena do primeiro turno. Há que se repensar a relação custo benefício das coligações – minutos de TV x cadeiras na Câmara.

Outra das pautas da disputa política que emergiu no processo eleitoral foi o anti-petismo, que também precisamos reverter. A falsa associação anti-PT à anti-corrupção precisa de respostas mais duras e diretas. A corrupção na Petrobrás pode ser um gancho para chamar novamente a pauta da reforma política, sobre o tópico do financiamento público das campanhas eleitorais, inviabilizando com isso as práticas de corrupção e sonegação que a atual legislação eleitoral não consegue contornar e que a mídia atribui principalmente ao PT. Este precisa assumir o tema da corrupção e tratá-lo com clareza e seriedade, agora, fora do palanque eleitoral, cumprindo de modo exemplar com o esclarecimento e punição a fim de afastar de vez este estigma do PT, como o único partido responsável pela corrupção no sistema político.

Ambos os problemas de ordem política a serem enfrentados nesse início de governo – o questionamento das coligações proporcionais e sua utilidade e o financiamento público das campanhas eleitorais – levam à centralidade a questão da reforma política e qual reforma queremos. Importante lembrar que o plebiscito popular, com a adesão de mais de sete milhões de assinaturas é um instrumento a nosso favor, assim como a manutenção da população mobilizada nesse sentido, exigindo também a votação aberta reforma política, a fim de deixar claro a quem interessa a manutenção do sistema político tal como está.

Não podemos esquecer que as reivindicações pela reforma política, mudança na política, participação popular e democracia mais participativa são reivindicações que estão nas ruas desde as jornadas de junho. A disputa por respostas a essas reivindicações ainda não terminou, ao contrário, está mostrando seu lado mais nefasto na nova direita “que não teme dizer seu nome” nem tão pouco se envergonha de pedir pela volta da ditadura militar e impeachment.

Essa “nova direita” parece fortemente consolidada no estado de São Paulo, não só na vitória de Aécio, mas principalmente na de Alckmin e Serra. Não devemos entender esse discurso como anti-petista, mas entender que boa parte dos votos contra o PT é o voto contra a perda de privilégios de uma classe sempre favorecida e da perda da centralidade que São Paulo sempre teve nas decisões do país. Melhor que assumir o discurso anti-petista, correndo o risco de deixar abarcar por essa onda parte da sociedade frustrada com o PT, mas fazê-los assumir posições claramente conservadoras e de direita de modo a demarcar território nessa disputa política.

É importante lembrar que mesmo em São Paulo tivemos uma evolução importante do primeiro para o segundo turno (cerca de dez pontos) e mais de um terço dos votos na segunda etapa (35,69% a favor de Dilma). Mas ainda assim, o estado de São Paulo merece atenção especial nesse processo, não só por ter rejeitado esse governo como também porque o PT está perdendo votos gradativamente, ainda que tenha conquistado a prefeitura da capital, o mais importante colégio eleitoral do país, além de outras setenta cidades do estado.

Um estudo mais aprofundado do voto no estado de São Paulo ainda está em fase inconclusiva, o que se percebe é que não há homogeneidade do voto. Há cidades claramente petistas, onde além da administração municipal, Dilma obteve mais de 50% dos votos (oito cidades) e outras onde além da prefeitura petista, a votação em Dilma esteve acima da votação do estado (26 cidades). No entanto, em metade dos municípios de administração petistas (37) Dilma teve votação inferior à média do estado – abaixo de 35,5% no segundo turno). Essas cidades não podem ser consideradas exatamente anti-petistas, uma vez que têm o PT na administração local, mas é preciso entender o que as afasta do projeto nacional.

Outro estado que merece estudo mais aprofundado, sobretudo do ponto de vista das coligações proporcionais, é o Maranhão, que embora tenha votado maciçamente em Dilma no segundo turno, na disputa local fez forte oposição ao candidato apoiado pelo PT, Lobão Filho, do PMDB, dando a vitória no primeiro turno a Flávio Dino, do PC do B (coligação tradicional), junto a lideranças históricas de dissidências à esquerda do PT local.

Vilma Bokany - NEOP - FPA

SP. 17-11-2014

ELEIÇÕES 2014

TOTAL BRASIL

2º TURNO / 26 Outubro

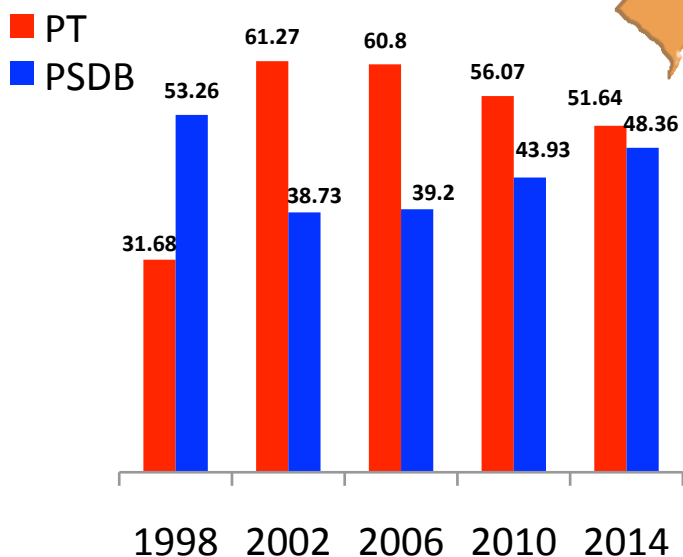
TOTAL BRASIL

Dilma Rousseff
(PT)

51.64

Aécio Neves
(PSDB)

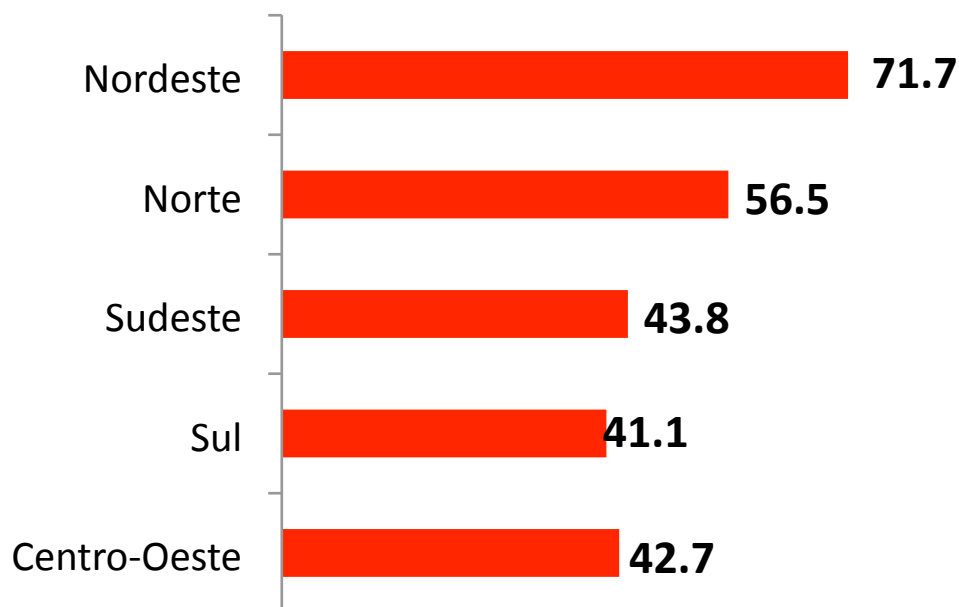
48.36



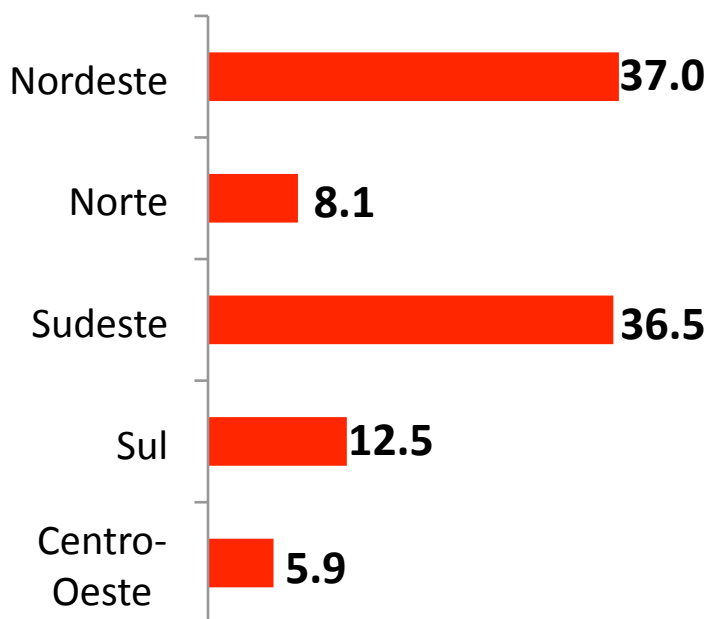
	Total	% Eleitorado	% Comparecimento	Votos Válidos
DILMA	54.501.118	38,16	48,37	51,64
AÉCIO	51.041.155	35,74	45,30	48,36
Votos Válidos:	105.542.273	73,90	93,66	
Votos Brancos:	1.921.819	1,35	1,71	
Votos Nulos:	5.219.787	3,65	4,63	
Comparecimento:	112.683.879	78,90		
Abstenções:	30.137.479	28,55		
Eleitorado:	142.822.046			

VOTAÇÃO DO PT POR REGIÃO

% DE VOTO DO PT EM RELAÇÃO A REGIÃO

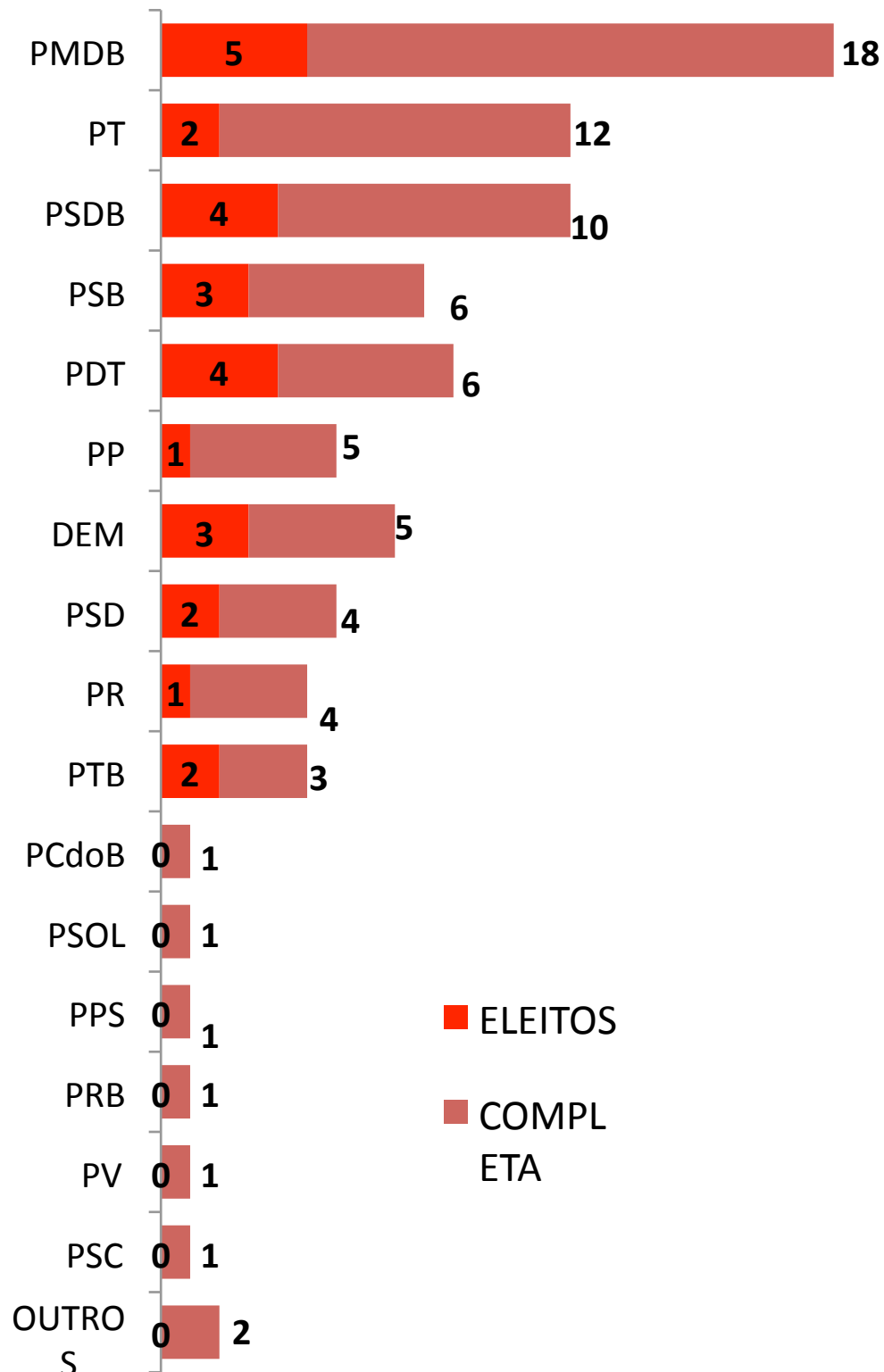


% DE VOTO DO PT EM RELAÇÃO AO PAÍS



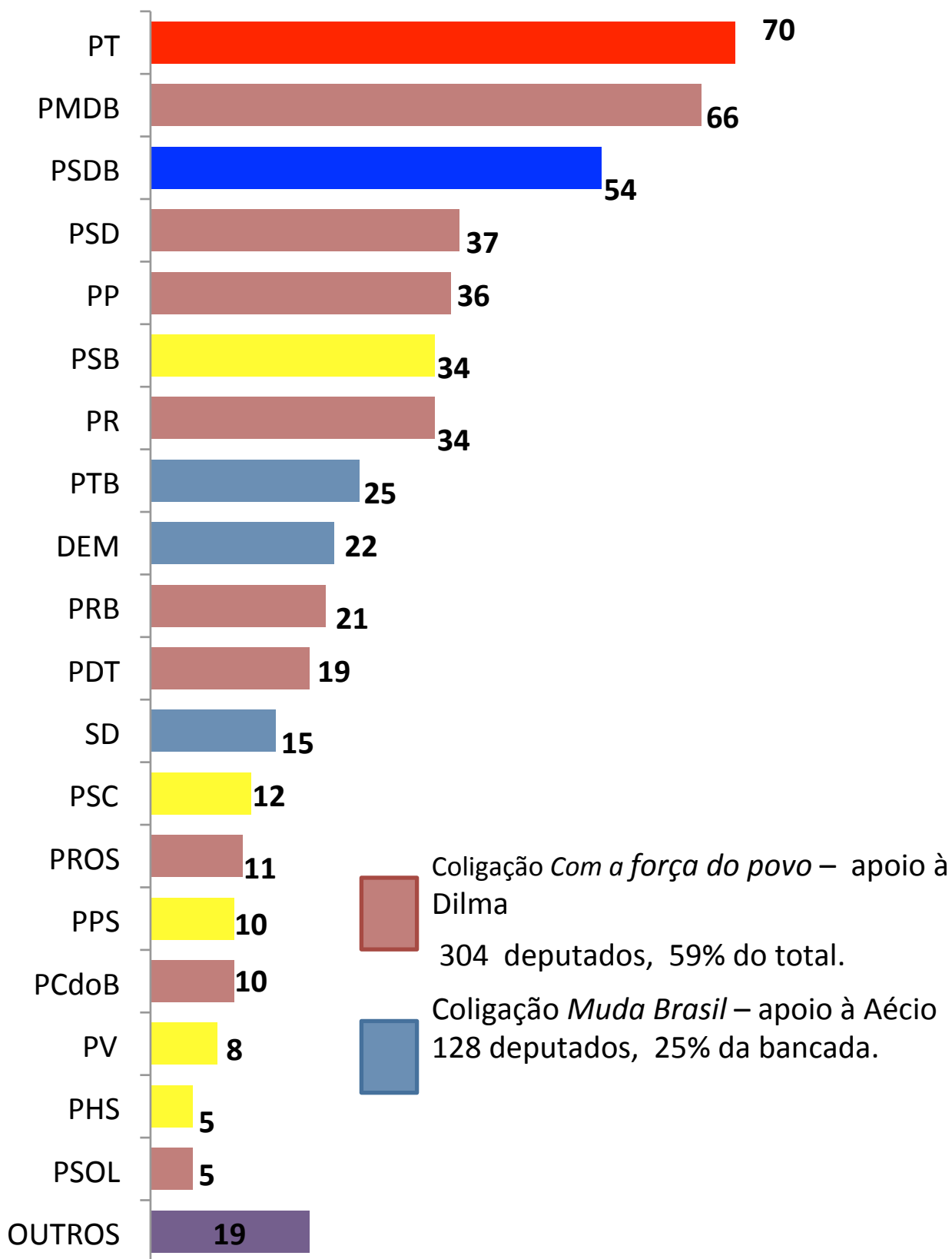
COMPOSIÇÃO DO SENADO

Total Brasil
(Em nºs absolutos)



COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE DEPUTADOS

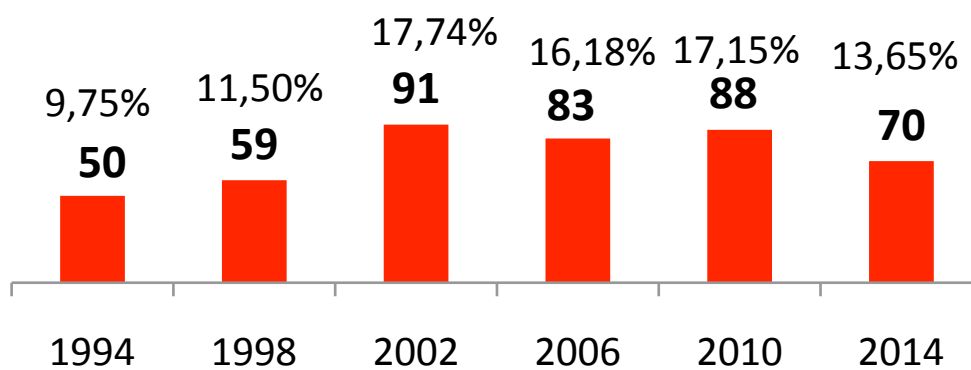
Total Brasil - 2014
(Em n^{os} absolutos)



COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

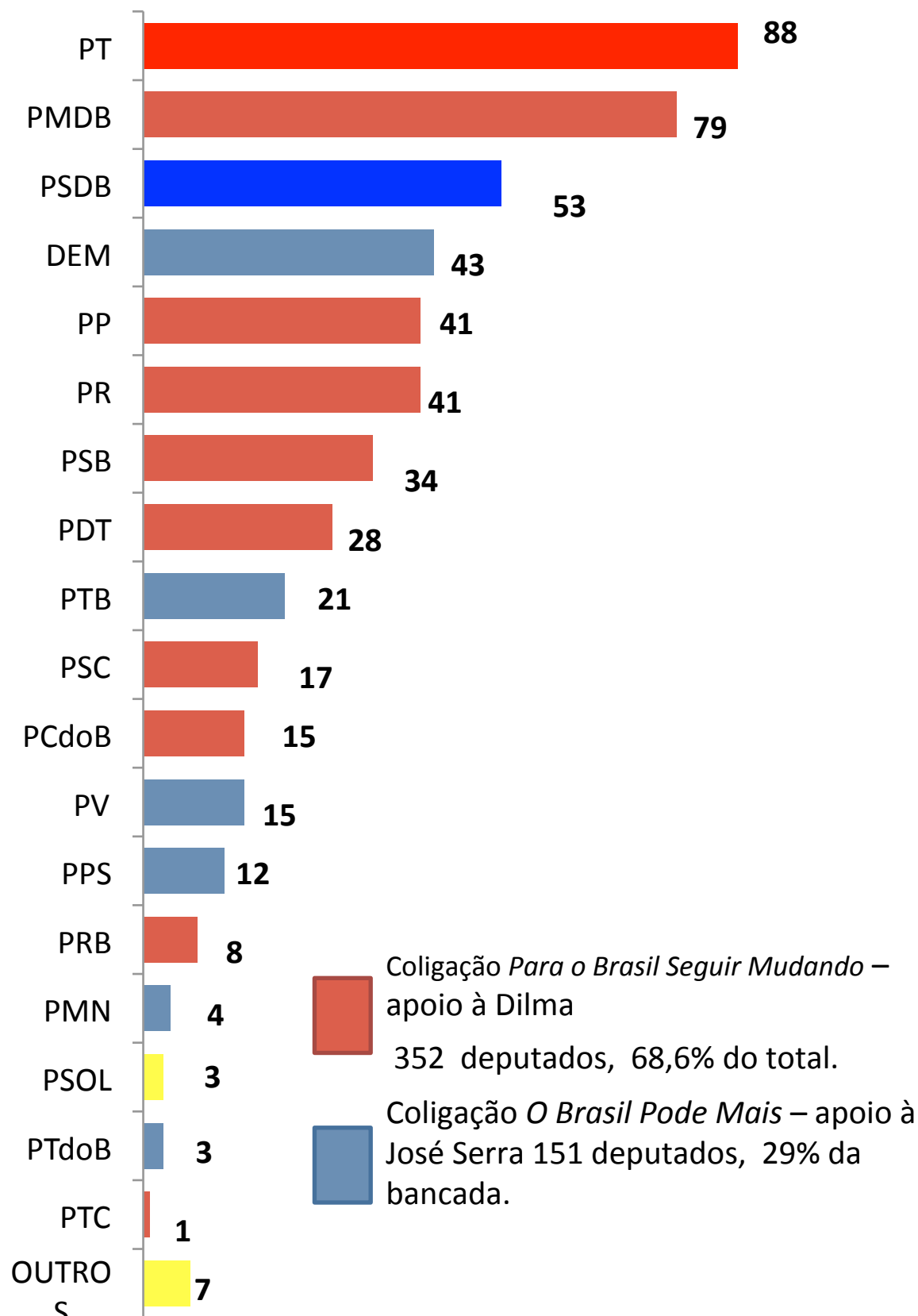
Total Brasil - 2014
(Em n^{os} absolutos)

EVOLUÇÃO DA BANCADA PETISTA NA CÂMARA



COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

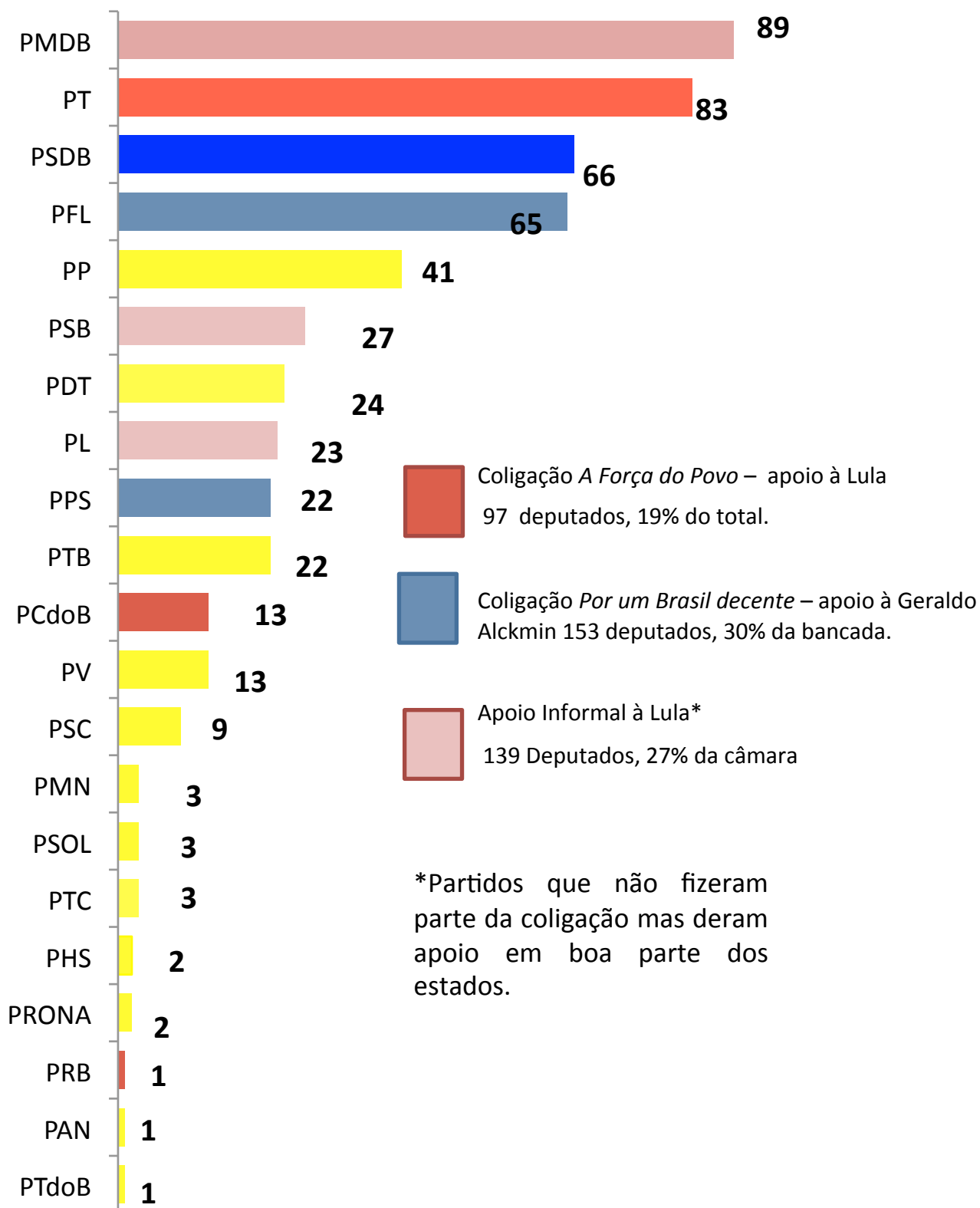
Total Brasil - 2010
(Em n^{os} absolutos)



COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE DEPUTADOS

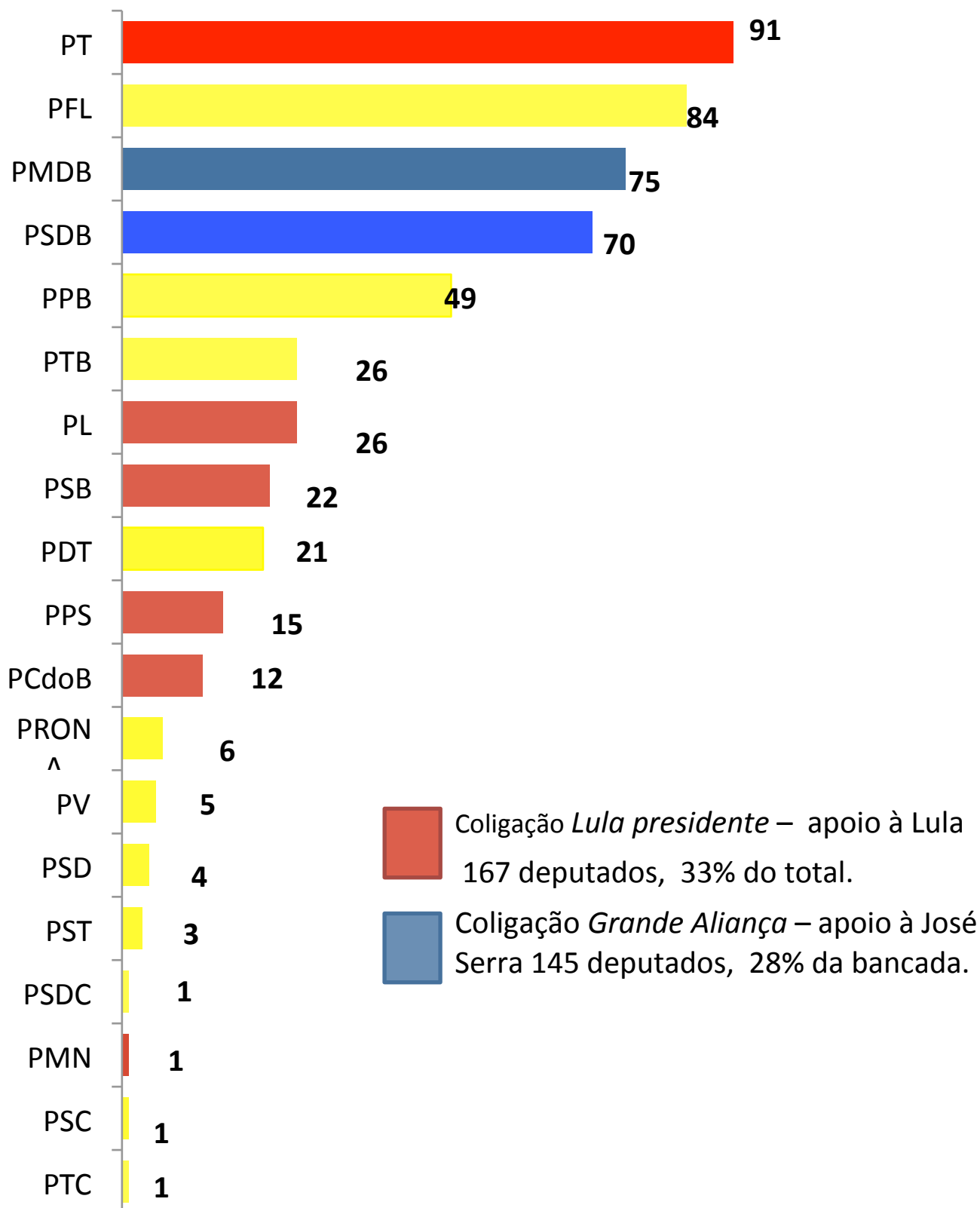
Total Brasil - 2006

(Em n^{os} absolutos)

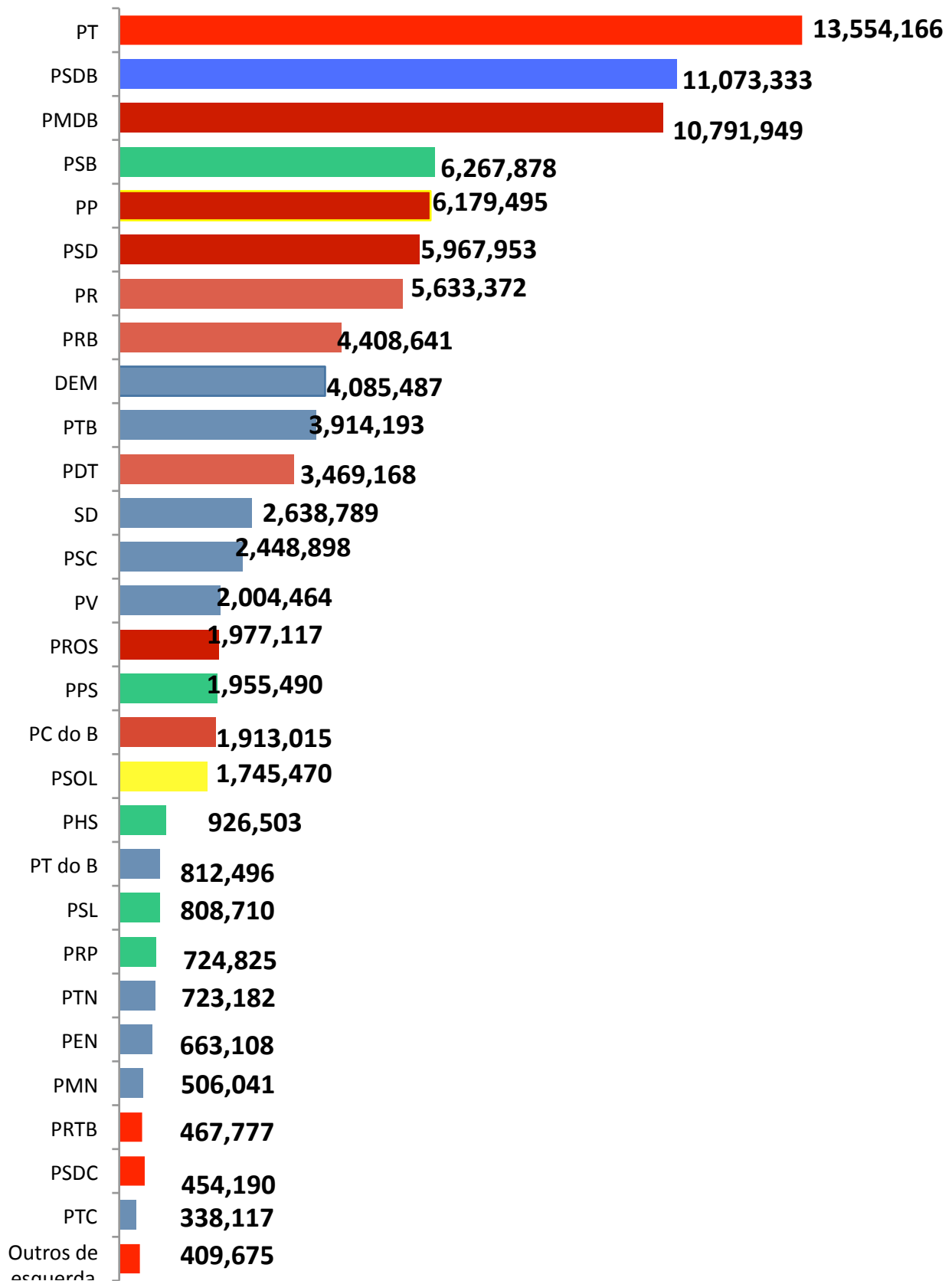


COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DE DEPUTADOS

Total Brasil - 2002
(Em n^{os} absolutos)

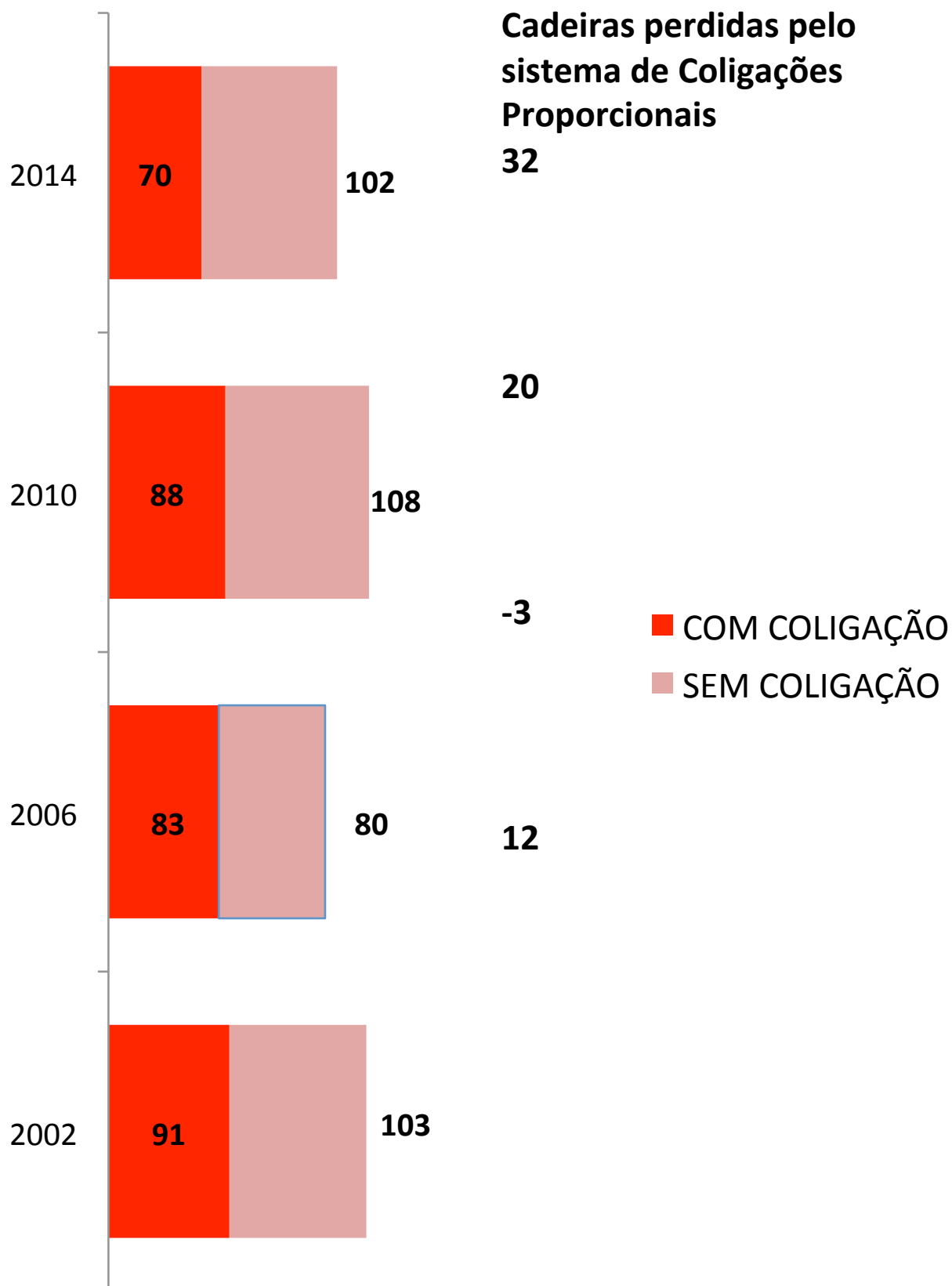


VOTOS PT X OUTROS PARTIDOS 2014



CADEIRAS CONQUISTADAS NA CÂMARA

Total Brasil
(Em nºs absolutos)



Se não houvesse o sistema de coligações proporcionais, o PT conquistaria 32 cadeiras a mais, chegando a 102 na Câmara. Dessas 32 cadeiras, ao comparar com o resultado real, 12 foram perdidas para outras coligações proporcionais que não as nossas. Das 20 restantes, 16 foram parar nas mãos de partidos da base aliada, ou seja, dos partidos da coligação *Com a Força do Povo*, que reelegeu Dilma Rousseff. As 4 que sobram dessa conta, foram pra oposição. Segue abaixo quanto cada partido ganhou:

Coligação Com a Força do Povo (PT/PMDB/PSD/PP/PR/PROS/PDT/PCdoB/PRB)

PMDB: 1 cadeira no Sergipe

PSD: 2 - 1 cadeira no Sergipe e 1 no Maranhão

PP: 2 – 1 cadeira na Bahia e 1 no Piauí

PR: 1 cadeira na Bahia

PROS: 1 cadeira no Distrito Federal

PDT: 2 – 1 cadeira no Mato Grosso do Sul e 1 em

Pernambuco.

PCdoB: 4 – 1 cadeira no Ceará, 1 em Minas Gerais, 1 no Paraná e 1 em São Paulo

PRB: 3 – 1 cadeira no Acre, 1 no Ceará, e 1 no Sergipe

Oposição:

PSB: 2 – 1 no Acre e 1 no Sergipe

PSC: 1 cadeira em Pernambuco

PTB: 1 cadeira em Pernambuco



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

<http://www.fpabramo.org.br>